CAPÍTULO VII

Dissolução

ARTIGO 31.º

Dissolução da Confraria

A Confraria só poderá dissolvida em reunião de assembleia geral por deliberação cuja votação global reúna os votos correspondentes a três quartos da totalidade dos confrades presentes.

ARTIGO 32.º

Destino dos bens em caso de dissolução

Em caso de extinção os bens da Confraria reverterem para as instituições de solidariedade social à data existentes no concelho de São João da Pesqueira.

CAPÍTULO VIII

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 33.º

Primeiro mandato

1 — O primeiro mandato para os órgãos sociais, previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 16.º dos presentes estatutos, será exercido pelas pessoas que vierem a ser convidadas para fazer parte integrante dos órgãos sociais, segundo estes estatutos.

2 — O primeiro mandato terá a duração de 12 meses a contar da data da celebração da escritura pública de constituição, findo o qual se procederá em assembleia geral à eleição de novos membros para os referidos órgãos sociais.

Está conforme e vai como o original, declarando que da parte omitida nada há que altere, modifique, restrinja, amplie ou condicione a parte transcrita.

18 de Abril de 2005. — O Ajudante em Exercício, *Abraão José Cabral de Carvalho*. 3000170760

ASSOCIAÇÃO DE KICKBOXING DE CASTELO BRANCO

Certifico que, por escritura pública outorgada a 5 de Julho de 2006 no Cartório Notarial de Castelo Branco, a cargo da notária licenciada Maria de Jesus Folgado Leal Prudente, sito na Rua de Mousinho Magro, 8, 1.º, lavrada a partir da fl. 53 do livro de notas para escrituras diversas n.º 38-G, foi constituída a associação denominada Associação de Kickboxing de Castelo Branco, com sede na Urbanização da Quinta Pires Marques, lote 55, rés-do-chão, direito, freguesia e concelho de Castelo Branco, com cartão provisório de identificação pessoa colectiva P 507786025, que tem por fim e como objecto a prática desportiva e angariação de associados para que a modalidade do *kickboxing* cresça e cujos órgãos sociais são a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Está conforme o original.

5 de Julho de 2005. — A Notária, *Maria de Jesus Folgado Leal Prudente*. 3000210913

GRUPO RECREATIVO INTER DO DESVIO

Certifico que, por escritura de 29 de Junho de 2006, lavrada de fl. 78 a fl. 79 do livro de notas para escrituras diversas n.º 34 do Cartório Notarial da Notária Maria Fátima Fernandes Ramada de Sousa, sito em Lisboa, na Praça de D. Pedro IV, 74, 1.º, A, foram alterados os estatutos da associação com a denominação em epígrafe, com sede na Calçada de Carriche, lote 41, loja, concelho de Lisboa, constando da respectiva alteração dos estatutos que:

A sede da associação passa para a Rua do Engenheiro Quartim Graça, 12-C, freguesia da Ameixoeira, concelho de Lisboa;

O objecto da associação passa a ser o de promover e levar a efeito ou colaborar com associações congéneres em acções de natureza cultural, desportiva e recreativa, visando o aproveitamento dos tempos livres dos associados e seus familiares;

A associação é constituída por quatro categorias de associados: os efectivos, auxiliares, de mérito e os honorários.

São associados efectivos todos os indivíduos de maior idade;

Podem ser associados auxiliares todos os indivíduos de menor idade;

Podem ser associados de mérito todas as entidades, instituições, e indivíduos que tenham prestado à associação relevantes serviços e sejam propostos à assembleia geral pela direcção;

Podem ser associados honorários todas as entidades, instituições, e indivíduos a quem a assembleia geral, sobre proposta da direcção, concede o respectivo diploma por haverem concorrido com donativos valiosos;

A admissão dos associados efectivos e auxiliares depende de decisão da direcção;

Para a admissão dos associados menores é indispensável a autorização dos pais ou tutores, nos termos da lei;

As propostas de candidatos a associado devem estar patentes na sede da associação durante um período mínimo de oito dias, prazo durante o qual os associados podem, por escrito e à direcção, apresentar justificação para a não aceitação do candidato;

Perdem a qualidade de associados aqueles que a ela renunciaram por escrito à direcção, os que deixem de pagar a quota por período superior a 12 meses, salvo motivo atendível, e os que infringjam os deveres sociais ou cuja conduta se mostre contrária aos fins estatutários ou regulamentares.

Está conforme o original.

29 de Junho de 2006. — A Notária, *Maria Fátima Fernandes Ramada de Sousa*. 3000212598

C. G. E. A. VALE DA PORCA — CENTRO DE GESTÃO DA EMPRESA AGRÍCOLA DO VALE DA PORCA

Certifico que, por escritura lavrada no Cartório Notarial de Murça, a cargo da notária Maria Cristina dos Reis Santos, em 15 de Dezembro de 2000, a fls. 6 e seguintes do livro de notas n.º 17-C, foram alterados os estatutos da associação sem fins lucrativos com a denominação de C. G. E. A. Vale da Porca — Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Vale da Porca, com sede na freguesia e concelho de Murça, no que respeita ao seu objecto e no sentido de ficar a constar que ao objecto definido no artigo 3.º acrescem mais duas alíneas e que o artigo 6.º será também alterado no que respeita à periodicidade das eleições, as quais passam a alterar-se trienalmente, e que, em consequência das alterações, os artigos 3.º e 6.º passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O C. G. E. A. tem por finalidade essencial promover a modernização, a melhoria técnico-económica e o aumento do rendimento das explorações agrícolas dos associados, tendo em vista a melhoria das condições de vida do respectivo agregado familiar e da comunidade:

§ 1.º Para a prossecução dessa finalidade, incumbe-lhe em especial:

- Elaborar o estudo económico das empresas dos aderentes;
- Analisar técnica e economicamente as actividades de modo a contribuir para a definição dos sistemas mais adequados para a região;
- Prestar o conselho de gestão, tendo em conta a viabilidade da sua execução;
- Prestar aos seus associados assistência técnica no âmbito da protecção integrada e ou produção integrada;
- Promover a formação adequada aos agricultores associados no âmbito do objecto social desta organização.

§ 2.º O C. G. E. A. promoverá o estabelecimento de contactos com outras organizações da mesma natureza com vista à constituição de associações de grau superior, de âmbito regional ou nacional, entre outras, com os seguintes objectivos:

- Coordenação de actividades comuns;
- Racionalização da utilização de meios que visem o aperfeiçoamento e a economia dos serviços prestados;
- Apoio à criação de novos C. G. E. A.

ARTIGO 6.º

As eleições realizar-se-ão trienalmente, devendo ser reeleitos pelo menos um terço dos membros de cada órgão.

Está conforme.

15 de Dezembro de 2000. — O Ajudante, *Mário Fernando da Silva Queirós*. 3000213105

ASSOCIAÇÃO DAS FESTAS DE QUINTA DO ANJO

Certifico que, por escritura lavrada no Cartório Notarial de Palmela, a cargo do notário licenciado Jerónimo Monteiro Lourenço, em 24 de Julho de 2006, lavrada de fl. 105 a fl. 105 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 26-A, foi constituída a associação deno-